

HABEAS CORPUS Nº 538.797 - BA (2019/0304934-7)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : PAULO ROGERIO TEIXEIRA DE ANDRADE
ADVOGADO : PAULO ROGÉRIO TEIXEIRA DE ANDRADE - BA029309
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : WEVERTON SOUZA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, impetrado em favor de WEVERTON SOUZA DOS SANTOS, em face de r. **decisum** de em. Desembargador do o eg. **Tribunal de Justiça do Estado da Bahia**, que indeferiu a liminar pleiteada em **writ** naquela Corte impetrado.

Depreende-se dos autos que o ora paciente foi preso em flagrante e, posteriormente, teve sua prisão convertida em preventiva pela prática, em tese, do delito previsto no art. 155, **caput**, do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação da prisão preventiva do paciente. O em. Desembargador Relator indeferiu o pedido liminar (fls. 31-42).

Daí o presente **mandamus**, no qual o impetrante alega em síntese, a existência de constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação para a manutenção da segregação do paciente.

Requer, assim, a revogação da prisão preventiva.

A liminar foi **deferida** às fls. 49-53, para permitir que o paciente aguarde o julgamento do presente **habeas corpus** em liberdade.

Sem informações nos autos.

O Ministério Público Federal, às fls. 61-63, manifestou-se pelo não conhecimento do **writ**, porém, pela **concessão da ordem de ofício**, em parecer ementado nos seguintes termos:

"HABEAS CORPUS CONTRA INDEFERIMENTO DE PEDIDO LIMINAR. SÚMULA 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AFASTAMENTO. FURTO SIMPLES. PRISÃO EM FLAGRANTE. SEGREGAÇÃO PROVISÓRIA NÃO FUNDAMENTADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO.

1. *É cabível a apreciação de habeas corpus impetrado contra o indeferimento de medida liminar em writ pendente de julgamento junto à Corte Estadual quando houver constrangimento ilegal que justifique a supressão de instância.*

2. *Não havendo motivos idôneos a justificar a medida excepcional da prisão, com base nas circunstâncias fáticas existentes, a segregação deve ser relaxada.*

3. *Parecer pelo não conhecimento do writ, mas pela concessão da ordem para que o paciente possa responder o processo em liberdade, submetendo-se todavia a eventuais medidas cautelares futuramente impostas pelo Juízo de origem.*" (fl. 61).

É o relatório.

Decido.

Verifica-se, inicialmente, que o presente **writ** investe contra decisão proferida por em. Desembargador de Tribunal de Justiça que concedeu em parte o pedido liminar em **habeas corpus** impetrado na origem.

Sobre o tema, contudo, insta consignar que a jurisprudência desta eg. Corte há muito já se firmou no sentido de que, ressalvadas hipóteses excepcionais, descabe o instrumento heróico em situação como a presente, sob pena de ensejar **indevida supressão de instância**.

Tal matéria encontra-se, inclusive, sumulada, conforme se depreende do enunciado sumular nº **691/STF**, **in verbis**: *"Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar"*.

Imperioso, portanto, analisar a existência de flagrante ilegalidade.

Na **hipótese**, o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática

do crime de **furto simples**, conduta tipificada no art. 155, **caput**, do Código Penal.

A **pena máxima em abstrato** prevista para o tipo não é superior a 4 (quatro) anos, logo, por força do que estabelece o art. 313, inciso I, do Código de Processo Penal, torna-se inadmissível a decretação da prisão preventiva. A propósito, confira-se a redação do mencionado dispositivo legal:

“Art. 313. Nos termos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva:

I - nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos;”

Consoante se observa exordial acusatória (fls. 26-27), o paciente foi preso, e, posteriormente, denunciado pelo crime de **furto simples**, único fato, **em tese**, praticado no contexto do flagrante.

Lado outro, o art. 313, incisos II e III, do Código de Processo Penal, permite a prisão preventiva do agente que pratica crime com pena máxima igual ou inferior a 4 anos, **somente** quando se tratar de **reincidente** ou nas hipóteses de delito cometido no contexto da **violência doméstica**, o que não é o caso dos autos.

Ademais, trata-se de paciente primário e sem registros criminais, conforme atesta a certidão de fl. 29.

Desse modo, não se constata a ocorrência de outras circunstâncias que pudessem justificar a decretação da prisão, razão pela qual a manutenção da prisão preventiva se mostra ilegal e, por isso, causa-lhe constrangimento.

Sobre o tema, colhe-se os seguintes arestos deste Superior Tribunal de Justiça, **verbis**:

“RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. FURTO SIMPLES. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. RECURSO PROVIDO.

1. Nos termos do inciso II do art. 313 do Código de Processo Penal, a decretação da prisão preventiva será admitida nos crimes dolosos com pena inferior a quatro anos se o acusado

tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado (reincidência).

2. Na espécie, o recorrente é acusado de ter supostamente praticado o crime de furto simples, cuja pena máxima em abstrato é de 4 anos de reclusão, não ostenta condenação com trânsito em julgado e o fato imputado não envolve violência doméstica e familiar, consoante determinam os incisos II e III do art. 313 do Código de Processo Penal. Precedentes.

3. Recurso ordinário em habeas corpus a que se dá provimento para relaxar a prisão preventiva de BRUNO TAVARES DE ARAÚJO, mediante a aplicação das medidas cautelares insertas nos incisos I e IV do art. 319 do Código de Processo Penal.” (RHC 85.337/MT, Quinta Turma, Relator Ministro Reinaldo Soares da Fonseca, DJe 01/08/2017, grifei)

“HABEAS CORPUS. RECEPÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 313 DO CPP. AUSÊNCIA DE ADMISSIBILIDADE LEGAL DA CAUTELA. HABEAS CORPUS CONCEDIDO.

1. Consoante disposto nos incisos e no parágrafo único do art. 313 do Código de Processo Penal, para a decretação da prisão preventiva, é necessária a configuração de uma entre as seguintes hipóteses, consideradas requisitos de admissibilidade da segregação cautelar: (a) crime doloso com pena cominada máxima superior a 4 anos; (b) existência de condenação anterior transitada em julgado; (c) delito praticado em situação de violência doméstica ou familiar; e (d) existência de dúvida sobre a identidade do agente.

2. O paciente responde pelo crime de receptação, punido, abstratamente, com pena máxima de 4 anos de reclusão e ademais, apesar de o paciente ostentar antecedentes criminais, não foi apontada nenhuma condenação com trânsito em julgado nos cinco anos antes da data do fato em comento, por outro crime doloso, geradora de reincidência. Igualmente, não se trata de crime que envolva violência doméstica ou pessoa sobre a qual paire dúvida em relação à identidade civil.

3. Habeas corpus concedido para, confirmada a medida liminar que determinou a soltura do paciente, cassar a decisão que decretou sua prisão preventiva no Processo n. 0029648-35.2012.8.26.0477.” (HC 343.929/SP, Sexta Turma, Relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, DJe 19/05/2016, grifei)

“RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. FURTO SIMPLES. CRIME COM PENA MÁXIMA IGUAL A QUATRO ANOS. RÉU QUE NÃO OSTENTA CONDENAÇÕES DEFINITIVAS ANTERIORES. ÓBICE DO ART. 313 DO CPP. DELITO COMETIDO SEM VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA COAÇÃO ILEGAL DEMONSTRADA.

1. Os requisitos e fundamentos da prisão preventiva, previstos no artigo 312 do CPP, devem ser aplicados em conjunto com o disposto pelo artigo 313 do mesmo diploma legal, de onde extrai-se que a constrição cautelar só resta autorizada se o crime atribuído ao agente seja punido com pena privativa de liberdade superior a 4 (quatro) anos (inciso I), ou, caso se enquadre em uma das hipóteses previstas nos seus incisos II (se tiver sido condenado, por sentença transitada em julgado, pela prática de outro crime doloso) e III (crime cometido em situação de violência doméstica), bem como no seu parágrafo único (identidade civil duvidosa).

2. No que pertine ao agente contumaz em crimes dolosos com pena de até 4 (quatro) anos de reclusão, destaca-se a necessidade de trânsito em julgado dos delitos pretéritos, circunstância não observada na hipótese dos autos.

3. Trata-se de réu denunciado por crime cuja pena máxima prevista na lei é igual a 4 (quatro) anos de reclusão e que não se enquadra em nenhum das outras hipóteses constantes no art. 313 do CPP, circunstância que constitui óbice à ordenação da preventiva na espécie, por falta de preenchimento de requisito legal, mostrando-se indevida a manutenção do recorrente no cárcere.

*4. Recurso provido para, confirmando-se a liminar anteriormente deferida, manter a liberdade provisória do recorrente mediante o pagamento da fiança imposta, inicialmente, pela autoridade policial, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) e, ainda, condicionada ao compromisso de comparecimento a todos os atos do processo, bem como da proibição de ausentar-se da comarca da culpa, sem prévia autorização judicial, determinando-se, assim, que o Juízo singular expeça o competente alvará de soltura clausulado, salvo se por outro motivo não estiver preso.” (RHC 62.145/BA, **Quinta Turma**, Relator Ministro **Jorge Mussi**, DJe 04/11/2015, grifei)*

“PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA

INEXISTÊNCIA DE MOTIVOS ENSEJADORES A JUSTIFICAR A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. PENA MÁXIMA COMINADA AO DELITO. AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

III - Incabível, nos termos do art. 313, inciso I, do Código de Processo Penal, a decretação de prisão preventiva para delitos cuja pena máxima não seja superior a quatro anos.

IV - Caso a prisão seja decretada com base no inciso II do mesmo dispositivo legal, não basta a referência a existência de outros processos, sendo necessária a menção à condenação já transitada em julgado.

V - No caso concreto configura constrangimento ilegal a decretação da prisão preventiva do paciente, denunciado pela prática do crime inserto no art. 288 do CP, sem que tenha sido indicada a existência de condenação transitada em julgado.

*Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para para revogar a prisão preventiva do recorrente, salvo se por outro motivo estiver preso, e sem prejuízo da decretação de nova prisão, desde que concretamente fundamentada, ou outras medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal. (HC 297.148/PE, **Quinta Turma, de minha relatoria**, DJe 20/10/2014, grifei)*

Assim, não estando presente os pressupostos legais da medida cautelar de privação da liberdade previstas no art. 313, Código de Processo Penal, imperioso o relaxamento da prisão.

Ante o exposto, não conheço do presente **habeas corpus**. **Concedo**, contudo, **a ordem de ofício** para relaxar a prisão preventiva do paciente, salvo se por outro motivo estiver preso, e sem prejuízo da decretação de nova prisão, desde que concretamente fundamentada e presentes os pressupostos legais, ou a imposição de outras medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

P. e I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro Leopoldo de Arruda Raposo
(Desembargador Convocado do TJ/PE)

Relator